

SIPE-SINDICATO INDEPENDENTE DE PROFESSORES E EDUCADORES



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

# PROPOSTAS NEGOCIAIS PARA A NOVA LEGISLATURA

---

**A Educação como Prioridade**

05-01-2015



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

## A Educação como Prioridade

A educação é um bem comum, um compromisso social que distingue e marca o progresso de um país. Numa conjuntura caracterizada pela crise económica e financeira, mais premente se torna estabelecer um modelo de desenvolvimento democrático, justo, equitativo e sustentável, no qual a educação terá, obrigatoriamente, um papel fulcral.

Neste sentido, e como a escola pública de qualidade se constrói com o contributo de todos, o Sindicato Independente de Professores e Educadores pretende, no início desta nova legislatura, apresentar um conjunto de propostas que servirão de base ao processo negocial para os próximos quatro anos e que visam, igualmente, dar resposta aos problemas mais substanciais que afetam os docentes e o sistema de ensino em Portugal.

A liberdade sindical e o direito à negociação coletiva são primaciais para que a classe docente seja reconhecida com dignidade, aspeto determinante conducente a uma educação de qualidade.

Enquanto sindicato independente, aproveitamos para veicular que estamos totalmente disponíveis para dialogar e encontrar soluções para a melhoria progressiva do ensino e das condições sócio-profissionais dos docentes. Consideramos que o futuro se constrói no presente com a colaboração de todos os parceiros educativos.

Todavia, não poderemos de deixar elencar algumas questões relativas à forma como o XIX Governo Constitucional de Portugal conduziu a educação no nosso país, que nos preocupam sobremaneira e que, concomitantemente, desejamos ver terminadas.

Os conflitos, a ansiedade e a instabilidade criada pelo ministério de Nuno Crato nas escolas não são mais do que o reflexo de uma crise mais geral da política e da cidadania no capitalismo global. Nos quatro anos anteriores, assistimos a uma crescente intensificação da política neoliberal que se repercutiu nas escolas, cada vez mais estranguladas e desprovidas de meios, mais prescritivas e seletivas.



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

A pretexto da crise, o governo anterior consolidou um ataque feroz à escola pública. Friedman e Friedaman (1984) referem que os governos conservadores aproveitam os momentos de trauma coletivo para dar o ponto de partida para reformas económicas e sociais de corte radical, inculcando na comunidade a necessidade das mesmas para evitar desastres maiores. Através destes métodos, o Ministério da Educação cessante empobreceu e burocratizou a escola pública, fundou os alicerces de uma escola dual e promotora de exclusão, desprezou a educação sexual, a educação artística e a formação pessoal. No estudo do CNE - do Conselho Nacional de Educação “Estado da Educação 2015”, fruto das políticas educativas do anterior governo, é lamentável constatar que o insucesso escolar aumentou nos últimos três anos, em todos os anos da escolaridade. Verifica-se, igualmente, que, em 41 anos de democracia, diminuiu, pela primeira vez, a taxa de cobertura no pré-escolar.

Saliente-se, ainda, que no relatório “Estado da Educação 2014”, do Conselho Nacional da Educação, consta que, entre 2005 e 2014, fecharam 5737 escolas públicas, enquanto abriram 239 estabelecimentos de ensino privado. O SIPE recusa veementemente este modelo atual incutido por Nuno Crato e pelos ministérios precedentes e o desinvestimento sucessivo na educação e no ensino público.

A escola pública é, indubitavelmente, a garantia de uma escola humana, solidária e integradora, de coesão social e de qualidade pedagógica e didática, graças ao trabalho profissional do seu corpo docente. Pretendemos uma escola que auxilie na formação de cidadãos críticos, solidários e livres, só possível com a ação de um Ministério da Educação que promova a escola democrática e universal, que considere a gestão pedagógica das escolas em detrimento de lógicas administrativas e burocráticas e que valorize o trabalho dos educadores e professores, afastando-se dos modelos de estrutura vertical de poder.

Vivemos quatro anos sem um ministério capaz de defender quem supostamente dirige e representa! Vivemos quatro anos consecutivos de redução de orçamentos na área da educação!

Acabámos de entrar numa nova legislatura e com ela emerge um tempo de decisão para muitos portugueses. Entre eles contam-se cerca de 100 mil professores, que constituem o pilar de muitas famílias.



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

Deparamo-nos, ainda, com o flagelo do desemprego, que remeteu para condições precárias largos milhares de cidadãos, nos quais se inserem inúmeros docentes, sendo esta quantificação assustadora e lamentável. Nos quatro anos da legislatura anterior, desapareceram do sistema educativo cerca de 40 mil professores, corpo altamente especializado que poderia contribuir para a melhoria do ensino em Portugal. Esta situação levanta questões para as quais não encontramos qualquer sentido ou argumento plausível - Como se justifica esta medida? O que significa?

Os números e as estatísticas não podem apenas servir os interesses de quem os usa; devem, antes de mais, mostrar a realidade tal como ela é e não como daria jeito que fosse. O corpo docente perdeu quase 1/3 dos seus efetivos, mas a redução de alunos não foi proporcional a este corte. Aliás, não perdemos 1/3 dos alunos, apesar de terem fechado muitas escolas. O que houve foi um corte brutal, incisivo e nada inocente no sistema de ensino público em Portugal. Se tivéssemos, nos restantes setores, reduções da mesma dimensão, viveríamos com taxas de desemprego próximas das gregas, o que felizmente não acontece.

Estes cortes tiveram consequências na qualidade e quantidade da oferta educativa do nosso sistema educativo, tendo contribuído para a proliferação nefasta de turmas exageradamente grandes, escolas fechadas em muitas povoações (que contribuiu para o isolamento e despovoamento desses mesmo locais) e falta de oferta formativa aos alunos no Ensino Secundário. Um significativo número de escolas secundárias que deixaram de poder abrir turmas de Física, de 12º ano, por não terem, alegadamente, o número mínimo de alunos necessários... Esta conjuntura, marcadamente economicista, fez com que muitos discentes, principalmente fora das grandes cidades, ficassem privados desta disciplina e, consequentemente, de verem a possibilidade de prosseguirem o seu percurso académico na área das engenharias completamente vedada, comprometendo as suas aspirações legítimas de realização profissional.

Lamentamos a falta de visão da Administração cessante que, sem qualquer estudo científico, aniquilou o ensino das artes. Santos (2015) refere que as “artes e todas as manifestações performativas têm o poder de despertar consciências, emoções, estimular de



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

modo prolífico as faculdades criativas e comunicativas dos alunos, treinando o gosto pela própria arte e pela cultura, renovando, desta forma, os seus saberes”.

Enquanto instituição livre que, diariamente, lida com os profissionais e com os seus problemas, e que representa milhares de associados/docentes, pretendemos ser uma voz ativa que ajude na decisão dos que votam e dos que governam. O foco de qualquer programa deve ser os seus profissionais e estes não devem ser ultrapassados na sua opinião sobre questões essenciais como, por exemplo, o Cheque-ensino ou a Municipalização do Ensino.

### **Cabe-nos assim estabelecer um conjunto de objetivos essenciais e urgentes na negociação do programa do atual governo na área da educação.**

O SIPE, em primeiro lugar, requer a garantia que a política de desinvestimento no setor público da educação termina e que, no futuro, não tenhamos de assistir à implementação de orçamentos educativos cada vez mais reduzidos. Desejamos que o caminho seja precisamente o oposto, procurando, gradualmente, aumentar o investimento na educação. Desejamos um caminho que não nos afaste da realidade europeia, tal como aconteceu recentemente. Nenhuma instituição pode funcionar sem que promova de forma inequívoca a defesa dos seus colaboradores e funcionários. Criaram-se mitos nestes anos que muito denegriam a posição dos professores perante a sociedade e que não podem ser mantidos. Veja-se o nível de assiduidade dos docentes nas estatísticas das escolas, onde encontramos valores típicos entre os 98 e 100%, ao contrário do que muitas vezes transparece para a opinião pública. É necessário um Ministério da Educação que respeite os professores, os valorize e os defenda.



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

---

## PROPOSTAS NEGOCIAIS PARA A NOVA LEGISLATURA

### 1. CARREIRA DOCENTE

#### 1.1. Ingresso na carreira

O SIPE congratula-se com o fim da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), dado que esta acometeu inocuamente contra a dignidade da classe docente. Apesar do seu término, cabe ao Ministério da Educação apurar quem foi excluído dos concursos de docência devido à PACC, indemnizar todos os que foram prejudicados por isso e expurgar, quanto ao futuro, as arbitrariedades que resultaram deste procedimento ferido de legalidade constitucional. Naturalmente, será necessário restituir aos prejudicados os montantes pagos pela realização da PACC.

O SIPE adverte que não concordará com qualquer prova do género, uma vez que os professores, tal como outros profissionais, são sujeitos ao crivo avaliativo das instituições de ensino superior.

#### 1.2. Progressão na Carreira

**1.2.1** Reposição dos ordenados e descongelamento das carreiras, com ajuste futuro que permita repor, gradualmente, os docentes no escalão que lhes é devido, e que minimize as perdas salariais acumuladas nos últimos anos. Devem também ser discutidas normas transitórias que possam colmatar os efeitos futuros nas carreiras dos docentes, relacionadas com o longo período de não contagem de tempo de serviço para efeitos de Progressão, e que impede um largo número de docentes de acedem aos escalões mais elevados da carreira docente. Deve igualmente ser regulamentada a remuneração das deslocações em serviço que muitos professores e educadores são obrigados a realizar diariamente para o exercício das funções docentes no mesmo agrupamento de escolas. A dignidade e motivação dos profissio-



nais passa por um ordenado justo e de perspetivas reais de estarem inseridos numa carreira efetivamente existente e respeitada.

- 1.2.2** Reposição dos docentes providos nos quadros que vincularam (vinculação extraordinária) em 2013 e 2014. A ausência de uma regulamentação obrigatória causa graves prejuízos financeiros aos educadores/professores. Para além das restrições salariais a que também estão sujeitos, por força das medidas de controle orçamental, este grupo de docentes, que esteve vários anos a contratos, com remunerações injustas face ao tempo de serviço que detêm, continuam a ser prejudicados, uma vez que continuam a ser abonados como contratados.

Passamos a citar a recomendação do Provedor de Justiça face ao problema aduzido: “Em face de todo o exposto, não só por imposição do princípio da legalidade, mas também porque está em causa o princípio da não discriminação, em um quadro do exercício de funções docentes em situações comparáveis e, ainda, exigências elementares de justiça, urge suprir a omissão ilegal do dever de regulamentar, de modo a garantir a remuneração igual no exercício de funções equivalentes, no quadro de percursos profissionais comparáveis, por docentes igualmente habilitados”

- 1.2.3** Urgência na elaboração de regulamentação que permita a transição para o 5.º escalão em 2010, sendo que a argumentação é semelhante à anterior.

### **1.3 Horários de trabalho dos docentes do 1º ciclo e educadores de infância**

Alteração, premente, do ECD no que diz respeito aos docentes de 1º ciclo e educadores para que usufruam de condições de trabalho e horários semelhantes aos restantes docentes.

- 1.3.1** No 1º ciclo as disciplinas curriculares deverão ser ministradas no período da manhã, em regime de monodocência, não podendo ser intercaladas com outras disciplinas ou atividades. As atuais atividades de enriquecimento curricular, devem ser ministradas por professores contratados pelo agrupamento segundo uma lista de



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

graduação profissional e não pelas Câmaras Municipais. As AECs deverão ter em conta o projeto educativo, as necessidades locais e utilizar os recursos do concelho em que o agrupamento está inserido.

- 1.3.2** O Calendário do pré-escolar deve ser igual ao dos restantes níveis de ensino. Verifica-se uma grande discriminação em relação a estes docentes, pois não é reconhecido o mesmo estatuto profissional. A aplicação de um calendário escolar específico subverte a função educativa da educação pré-escolar, acentuando-lhe um carácter assistencial, desvalorizando o seu papel como parte integrante no sistema educativo, desrespeitando o conteúdo funcional dos docentes deste sector. O SIPE pretende ver respeitado os direitos e o conteúdo funcional dos Educadores de Infância, consagrados no Estatuto da Carreira Docente, bem como os períodos previstos para o desenvolvimento do trabalho não letivo, nomeadamente os períodos destinados à avaliação dos alunos. Acresce também que as crianças estão sujeitas a uma excessiva duração dos períodos letivos que não se coaduna com a sua faixa etária.

## 1.4 Concursos

O SIPE pretende a negociação do diploma referente aos concursos, tal como previsto na Petição que acabámos de promover, (colocação por graduação profissional) e que permita a retificação das várias situações injustas e pouco humanas que decorrem de um processo demasiado confuso. Veja-se a situação das Reserva de Recrutamento e das Bolas de Contratação de Escola, das situações injustas que estabelece e da dificuldade das próprias escolas em garantirem a colocação atempada dos docentes necessários, com prejuízo para as escolas, alunos e professores.

Preocupa-nos, sobremaneira, a questão dos concursos para a docência, situação que têm contribuído para a destabilização de todos os educadores e professores, para o aumento da degradação das condições profissionais e familiares, para a ampliação dos níveis de ansiedade e de desmotivação, fruto de colocações arbitrárias e pouco claras. O regime de concursos para seleção e recrutamento do pesso-



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

al docente da educação, dos ensinos básico e secundário e do pessoal especializado em educação especial deve ser uma ferramenta primacial para o funcionamento harmonioso do sistema de ensino, pelo que o diploma que o rege tem de consagrar normas que visem um concurso célere, justo e transparente, afastando-se da ótica meramente tecnocrata e economicista de colocar os docentes. Para uma maior estabilização dos quadros docentes e de modo a satisfazer as necessidades permanentes das escolas, defendemos o aumento do número de lugares de Quadros de Agrupamento de Escolas no sistema educativo.

Asseveramos ser fundamental a realização anual dos concursos interno e externo de colocação de docentes, conferindo, assim, uma maior flexibilidade a todo o sistema concursal de forma a evitar possíveis distorções nas colocações. Consideramos, igualmente, que, em todas as fases do concurso (interno e externo) se adote a graduação profissional como primado para a seriação e colocação dos docentes. A graduação profissional é um critério composto pela nota de curso obtida pelos docentes quando adquiriram a sua habilitação profissional e pelo tempo de serviço prestado com a classificação mínima de Bom. Ora estes dois componentes substanciam o critério mais aceite pelo corpo docente como justo e transparente.

## 1.5 Requalificação

Eliminação do atual regime de requalificação e garantia de que todos os docentes de quadro tenham direito a uma colocação, tal como prevê a sua condição e relação contratual com o Estado. Consideramos que não existem professores a mais, antes pelo contrário, e consideramos que todos os professores que atualmente estão com horário zero, fruto das políticas educativas inadequadas, deverão exercer funções dentro da sua área de competências, de acordo com a sua formação e as suas potencialidades.



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

## 1.6 Aposentação

Alteração da idade da reforma para os docentes e defesa de um regime próprio adequado às especificidades da carreira e ao desgaste rápido que a mesma obriga, procurando salvaguardar a qualidade do sistema de ensino perante os alunos. Criação de um Regime Especial de Aposentação dos docentes portadores de deficiências e incapacidades.

## 2 GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

### 2.1 Eleição do Diretor

O SIPE considera premente devolver o poder da eleição do diretor do agrupamento a todos os agentes educativos, ou seja, devolver-lhes a possibilidade de, através da eleição, escolherem os professores que devem gerir as escolas, restituindo, desta forma, a democracia ao universo escolar português, instituindo-se um modelo de gestão marcadamente pedagógico e autónomo.

### 2.2 Organização de Estabelecimentos

A criação de mega-agrupamentos, desvirtua a identidade própria que cada estabelecimento de ensino possuía e contribui para a itinerância do trabalho docente e para o aumento da sua carga horária. Ora convém lembrar que o Tribunal de Justiça da União Europeia pronunciou-se, há muito pouco tempo, em relação a alguns grupos profissionais, recomendando que as deslocações de casa para o local de trabalho, sempre que esse local seja variável, passem a contar para o cálculo final a observar no horário. Tendo em conta que vários docentes são sujeitos a desempenhar funções em diversos locais, e face à jurisprudência criada pela decisão do TJUE, apelamos para que os docentes sejam objeto de tratamento igual e para o fim da estruturação da organização do mapa escolar em mega-agrupamentos, retomando-se a configuração tradicional de escola como unidade orgânica, mais próxima de todos os atores educativos.



## 2.3. Organização da componente letiva e não letiva dos alunos

**2.3.1.** As Atividades Extracurriculares devem ser geridas pelos Agrupamentos, com professores colocados por graduação profissional. Em simultâneo devem ser criados os grupos de recrutamento 140, 150, 160, (Música, Expressão Plástica, Educação Visual) à semelhança do que já acontece nas Regiões Autónomas da Madeira.

**2.3.2.** No que se refere à Educação Especial a diminuição cega e obstinada de docentes, perpetrada pela Tutela cessante, negligenciou o acompanhamento dos alunos com NEE. Basta refletir um pouco e facilmente se compreenderá que, numa turma de 1º ano, com 25 alunos, como acontece por todo o país, onde é primordial ensinar a ler, escrever, contar, etc., será tarefa sobrenatural e quimérica preparar convenientemente os alunos, quando dois ou mais sofrem de autismo. Descura-se irremediavelmente a qualidade da práxis educativa nestes contextos que, cada vez mais, são uma realidade nos estabelecimentos de ensino nacionais. Estas e outras situações não são casos particulares, mas sim um crescendo que exemplifica onde e como se conseguiu reduzir 1/3 dos docentes.

**2.3.3.** É essencial a mudança do paradigma atual da Educação é necessária a reintrodução das disciplinas de Formação Cívica e Área de Projeto. Aumentar a carga horária da disciplina de EVT. Valorizar a importância da Educação do indivíduo como um todo – educação integral com respetiva valorização da dimensão ética e relacional – aspetos que fazem a diferença e escapam às avaliações. Abandonar a política dos últimos anos, a qual valoriza excessivamente a língua portuguesa e a matemática. Equilibrar o estudo com as outras disciplinas, nomeadamente as ciências, ciências experimentais, a música, a educação física, o teatro, as artes, a história.



## **2.4 Municipalização**

A negociação de todo o processo referente à Municipalização do Ensino é urgente. As decisões ao nível pedagógico, curricular e financeiro devem pertencer ao Ministério da Educação e cabe aos Agrupamentos implementarem e adaptarem localmente essas decisões. A colocação e contratação de docentes devem continuar a ser competência do Ministério da Educação, não podemos correr o risco de politizar esse processo, entregando-o a autarquias dirigidas por cores políticas e não podemos correr o risco de negar aos nossos jovens ofertas educativas apenas porque vivem em concelhos economicamente menos favorecidos. A educação é e deve continuar a ser incolor, no que à política diz respeito, e igualitária no que às pessoas se refere.

## **2.5 Ensino público, ensino privado**

A revisão da política seguida nos últimos anos de relação entre o ensino público e o ensino privado, é necessária. Ambos os ensinos têm um papel específico de acordo com a nossa constituição. Cabe ao Estado assegurar a universalidade do ensino público e cabe aos privados promoverem alternativas e diferentes ofertas na medida em que entendam, sem, contudo, obterem financiamentos públicos que criem assimetrias. Ideias como cheque-ensino e semelhantes promovem, em última análise, desigualdades sociais ainda maiores do que as já existentes entre alunos de diferentes realidades socioeconómicas.

## **2.6 Educação de Adultos**

O investimento na Educação de Adultos e em programas de Formação de adultos nas escolas é muito importante e contribui para melhorar os resultados escolares dos jovens. Muitos pais não tiveram oportunidade de ir à escola. Políticas que aproximem os pais das escolas permitem vivenciar o que é aprender.



Sindicato Independente  
de Professores e Educadores

Sede Nacional:  
R. Aníbal Cunha n.º 99  
4050 – 048 Porto  
Tel. 22 2076060 Fax: 22 2076069  
E-Mail: [sipe.nacional@gmail.com](mailto:sipe.nacional@gmail.com)  
Pág.: [www.sipe.pt](http://www.sipe.pt)

## 2.7 “Rankings”

A elaboração dos rankings das escolas deve garantir uma maior justiça para que possa espelhar as diferenças na realidade social dos alunos no público e no privado, bem como a diferença de objetivos dos alunos que encontramos em ambas as realidades. Nesta linha deve haver uma clara aposta e posição assumida pelo MEC na defesa e potencialização da qualidade do Ensino público, não deixando, é claro, de permitir a existência de uma oferta privada que fará todo o sentido, regulamentada pelo Estado, mas não patrocinado por ele de forma alguma. Deveremos ainda rever a distribuição das ofertas das escolas associativas e verificar quando, onde e como a sua oferta deve existir sem que seja um concorrente desleal às escolas públicas.

Por fim, o Sindicato Independente de Professores e Educadores, não pode deixar de salientar com muita apreensão os últimos dados do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:

1. Recuo na taxa de pré-escolarização – Não há memória
2. Insucesso Escolar cresceu atingindo valores mais baixos do que em 2004 – A taxa de retenção em crianças com 7 anos de idade é de 7%.
3. Percentagem de adultos inscritos em ações de formação é igual à do ano 1987/1988

É impossível dissociar a política da sociedade. As políticas são para as pessoas. Resolver o problema da Educação é garantia certa da resolução de todos os problemas. Para isso é preciso educar bem, com qualidade e com igualdade de oportunidades. Fazer da Educação uma prioridade!

Porto, 5 de dezembro de 2015

A Direção